

Que é existência?¹

Autor

Nathan Salmon

Universidade da Califórnia, Santa Bárbara do Sul, Califórnia, EUA

Tradutor

José Maria da Silva Filho

Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

APRESENTAÇÃO

O ensaio “Que é Existência?”, de Nathan Salmon, aqui traduzido, aborda uma das questões que são centrais tanto para a metafísica como para a filosofia da linguagem, a saber, o estatuto ontológico e semântico sobre a existência, principalmente porque o que ele discute como problemática envolve o significado do verbo “existir”, suas implicações, inclusive trazendo abordagens de outros filósofos que tratam da mesma problemática, e como, logicamente, o conceito de existência deve ser tratado.

Neste ensaio, ele aborda algumas questões. Vejamos:

A primeira questão que se coloca de modo crucial é: a existência deve ser considerada uma propriedade das coisas, como apresentam alguns filósofos por ele mesmo apresentados? A visão filosófica tradicional defende que, existindo algo, ele possui a propriedade de “existir”. Salmon se contrapõe a essa concepção, ao sugerir que a existência não deve ser tratada como uma propriedade predicativa ordinária, como “ser amarelo” ou “ser bonito”. Entre as questões que são levantadas, podemos destacar a que segue: como o verbo “existir” se relaciona com objetos, especialmente aqueles que não existem, como seres imaginários ou fictícios? Se tomarmos como exemplo o personagem Sherlock Holmes, sabemos que ele é um “detetive” e é “inteligente”, contudo, a existência é algo que lhe falta, ou seja, não se pode dizer que

¹ Tradução extraída da obra de SALMON, N. *Metaphysics, mathematics, and meaning*. Oxford: OUP, 2005, p. 243–261.

ele “existe”. Disso se discute, por exemplo, se “existir” é uma propriedade que alguns entes possuem e outros não.

Uma segunda abordagem refere-se à distinção entre quantificação existencial e atribuição de existência. Ao tratarmos uma predicação existencial, como " $\exists xPx$ ", ou seja, “existe um x tal que x tem a propriedade P”, essa predicação não atribui a x a propriedade de “existência”, a única coisa que é afirmada é que “há algo (um x) que satisfaz a propriedade P”. Ou seja, em lógica, a noção de existência é tratada como um quantificador, não como um predicado. Se falarmos, por exemplo, “existe marciano”, queremos dizer, em lógica formal, que implica na existência de um objeto que satisfaz as propriedades de “ser marciano”, não que “existir” seja uma propriedade atribuída ao marciano, ou seja, um objeto com tais propriedades é quantificado na proposição.

Outra questão diz respeito às entidades não-existentes (objetos mencionados em discursos que não existem no mundo real). Algo como o que foi levantado por Wittgenstein: como podemos falar sobre coisas que não existem? Salmon coloca a seguinte questão: esses entes têm algo como um “status ontológico” ou os tratamos em nossa linguagem de forma diferente? Ao falarmos, por exemplo, de algo (ou alguém) que não existe, como Sherlock Holmes, temos o que se chamamos de “referência vazia”. Como sentenças em que ela ocorre significam? Salmon também explora como semanticamente pode-se lidar com situações desse tipo.

Por fim e não menos importante, uma vez que parte dos pontos abordados até então, Salmon atenta para uma questão ontológica mais ampla: que significa existir em termos de status ontológico? Ele aborda, desse modo, a natureza da realidade e em que se fundamentam nossas afirmações sobre o que existe ou não. Sobre esse ponto Salmon estabelece um diálogo com as ideias de

Meinong, quando este argumenta que objetos inexistentes têm um certo tipo de “subsistência”, ou com Quine, ao rejeitar a noção de entidades não-existentes, pois para este só devemos “comprometer-nos ontologicamente” com entidades realmente existem.

Em suma, e não encerrando qualquer discussão sobre a temática, Salmon procura mostrar, relacionando a metafísica, a filosofia da linguagem e a lógica, que a noção de existência deve ser entendida não como uma propriedade predicativa ordinária que se atribui a objetos, mas de maneira "lógica e formal". Para ele, a existência está ligada à quantificação, não à atribuição de características, ou seja, propriedade. Vamos, então, ao texto!

QUE É EXISTÊNCIA?

Abordo aqui a seguinte questão: Que exatamente é expresso na sentença do tipo (0) a existe.

Em que \square é um termo singular genuíno? Existem várias respostas concorrentes para esta questão. Defenderei uma - ou, ao menos, defenderei uma resposta de certo tipo. Muitos relatos de atribuições de existência individuais seguem a sugestão da famosa máxima kantiana, "A existência não é um predicado real". Vou comparar alguns relatos rivais. (A classe de comparação não é exaustiva). O relato que defenderei resulta diretamente da negação categórica da máxima acima.

A tese de Kant está no cerne de seu diagnóstico do que está errado com o argumento ontológico de Deus:

- (P1) Deus = o possível (ou conceituável etc.) indivíduo que é realmente divino.
- (P2) Algum indivíduo possível que é realmente divino realmente existe.
- (C) Deus realmente existe.

O adjetivo "divino" representa aqui a noção preferida do argumentador ontológico: *perfeito em todos os aspectos*, para Descartes; *do que nada maior é concebível*, para Anselmo. O argumento é evidentemente válido. Cada uma das premissas é considerada analítica, tornando a conclusão supostamente analítica também. A crítica de Kant concentra a atenção na suposta analiticidade da segunda premissa. Ele observa que apenas propriedades genuínas ("predicados") podem servir como critérios definidores para um conceito. Na medida em que a divindade analiticamente implica a não-propriedade de existência, insiste Kant, a divindade não pode ser legitimamente incluída como uma condição definidora para o conceito de Deus, nem para qualquer outro conceito.

Estritamente, deve-se distinguir duas (pelo menos) teses kantianas relacionadas – uma metafísica, e outra lógica². A tese metafísica é que a existência não é uma propriedade de coisas individuais. Como um kantiano prefere dizer, não existe tal propriedade como a suposta propriedade de existência individual. A tese lógica é que o verbo ‘existir’ não é do tipo lógico *predicado monádico extensional de primeira-ordem*³, ou seja, não é um predicado logicamente aplicável a coisas individuais. Normalmente, o kantiano afirma que, entendido corretamente, ‘existir’ – ou melhor, ‘existe’ – é, em vez disso, um termo para o quantificador existencial irrestrito lógico, ‘ \exists ’, definível como ‘nem tudo não é ____’.

A resposta que defendo para a nossa questão é precisamente oposta a essas duas teses extraídas da máxima kantiana: a existência é direta e obviamente uma propriedade de indivíduos, nada mais, nada menos. Além disso, o verbo ‘existir’ é um termo para essa propriedade⁴ e, como tal, é um predicado monádico, ordinário, extensional, de primeira-ordem⁵. Consequentemente, (0) simplesmente atribui a propriedade particular de existência ao indivíduo designado por α . Além disso, no que diz respeito às instâncias de (0) que são falsas (há muitas), isso se deve ao fato normal de que, enquanto α designa o complemento da propriedade atribuída, a coisa designada tem não-existência. Sem entrar em muitos detalhes, (0) é falsa exatamente quando o designado de α é algo que não existe.

Ao dizer que (0) é falsificado nos casos em que α designa um designado que não existe, estou evidentemente usando alguma forma de quantificação existencial: α designa *algo* que não existe. O quantificador existencial em questão não se restringe a indivíduos existentes. Inclui indivíduos não-existentes. Instâncias específicas serão especificadas em breve – na verdade, instâncias de indivíduos que o Kantiano reconhece plenamente. (Os kantianos normalmente consideram erroneamente essas instâncias como existentes – uma vez que são *coisas*.)

² Cf. Salmon, 1987. In: 2005, p. 20 (nota do autor).

³ É um predicado que: a) se aplica a objetos individuais (não a conjuntos de objetos ou predicados), b) é definido pela coleção de todos os objetos que satisfazem o predicado, e c) considera apenas um objeto por vez.

⁴ Em termos lógicos e filosóficos, “existir” denota a condição ou propriedade de ser real (pertence ao mundo), ou seja, ao dizermos que algo “existe”, afirmamos que esse objeto possui a propriedade de existência.

⁵ Ou seja, “existir” pode corretamente ser usado deste modo. Existem usos alternativos corretos, incluindo um uso como um quantificador existencial. Como Russell notou, “Vacas existem” não significa que todas as vacas existem; em vez disso significa que existem vacas (Nota do autor).

Os kantianos ficam horrorizados. Necessariamente, se uma coisa tem não-existência, então ela não existe; e se assim for, então não há nada lá para ter (nem, nesse caso, faltar) a suposta propriedade, ou qualquer outra propriedade. Portanto, é impossível para qualquer coisa ter a suposta propriedade de não-existência. Bertrand Russell abraçou explicitamente ambas as teses kantianas. Ele sustentou, além disso, que, na medida em que *a* é um termo singular genuíno, e não uma locução quantificacional disfarçada, (0) não é verdadeiro nem falso, mas totalmente sem sentido:

[As] coisas reais que existem no mundo não existem, ou, pelo menos, o que é colocado com muita força, porque isso é um total absurdo. Dizer que eles não existem é totalmente absurdo, mas dizer que eles existem também é totalmente absurdo (1918, p. 99).

Não existe uma ideia [de existência] que se aplique aos indivíduos. No que diz respeito às coisas reais que existem no mundo, não há absolutamente nada que você possa dizer sobre elas que corresponda a essa noção de existência. É um grande erro dizer que há algo análogo à existência que você pode dizer sobre ela. Você fica confuso por meio da linguagem, porque é uma coisa perfeitamente correta dizer "Todas as coisas no mundo existem", e é tão fácil passar disso para "Isso existe porque é uma coisa no mundo". Não há nenhum tipo de ponto em um predicado que não possa ser conceitualmente falso. Quer dizer, é perfeitamente claro que, se houvesse essa existência de indivíduos de que falamos, seria absolutamente impossível que não se aplicasse, e isso é a característica de um erro (1918, p. 108). . . . existe uma vasta quantidade de filosofia que se baseia na noção de que a existência é, por assim dizer, uma propriedade que você pode atribuir às coisas, e que as coisas que existem têm a propriedade da existência e as coisas que não existem não. Isso é um absurdo [...] dizer de [alguém] que ele existiu seria um disparate, não uma falsidade, mas um disparate [...] não é falso, mas não tem nenhum significado (1918, p. 121).

Expandindo esses pensamentos posteriormente, Russell escreveu:

"Scott existe" é má gramática. Pode, na melhor das hipóteses, ser interpretado como significando "a pessoa chamada 'Scott' existe", mas "a pessoa chamada 'Scott'" é uma descrição, não um nome. Sempre que um nome é usado corretamente como um nome, é má gramática dizer "isso existe" (1959, p. 85).

Em resposta a todas as considerações que foram apresentadas em favor da tese lógica extraída da máxima kantiana, simpatizo com o que chamo de *resposta charlatã*⁶. De acordo com o velho ditado, "se parece um pato, anda como um pato e grasma como um pato, é um pato". O verbo "existir" satisfaz todos os critérios sintáticos e pragmáticos razoáveis para ser um predicado monádico extensional de primeira-ordem. Por exemplo, anexá-lo a um termo singular produz uma sentença gramatical em português, assim como qualquer predicado monádico de primeira-ordem. Também satisfaz um critério semântico razoável: pode preencher os espaços em branco no seguinte esquema da Lei de Leibniz:

Se $x = y$, então $x __$ se e somente $y __$.

E assim por diante em relação a qualquer outro teste razoável para predicatividade monádica de primeira-ordem. Se nossos quantificadores são tanto atualistas quanto presentistas⁷ – ou seja, se nossos quantificadores abrangem todos e apenas indivíduos realmente existentes⁸ – o verbo 'existir' é totalmente definível por meio de uma expressão formal que inquestionavelmente pertence à categoria de *predicado monádico extensional de primeira-ordem*:

$$(\lambda x)(\exists y)[x = y]^9$$

Contrariamente a Russell, "existir" é até falso em relação a coisas particulares. Por exemplo, é falso para... Russell (é triste dizer). O verbo *era* verdadeiro para Russell, é claro, mas deixou de sê-lo no momento em que o grande filósofo deu seu último suspiro¹⁰. Embora o verbo "existir" seja atualmente verdadeiro para o presente

⁶ No texto original ele menciona "resposta quack-quack", o que seria uma resposta que rejeita ou menospreza um argumento ao considerá-lo absurdamente trivial ou sem mérito. Seria uma atitude de desdém em relação ao argumento apresentado, como o som de um pato (quack-quack), ou seja, o argumento é infantil ou ridículo.

⁷ Atualismo e presentismo correspondem a abordagens filosóficas diferentes sobre a existência e a quantificação de objetos no tempo. Enquanto no atualismo se afirma que somente os objetos que existem no presente têm uma realidade concreta (objetos passados e futuros não existem no sentido concreto), no presentismo, somente o presente é real e que tanto o passado quanto o futuro não existem (a única temporalidade que realmente existe é o agora).

⁸ Eu observo que não existem indivíduos além destes para que os quantificadores possam abranger. Isso não implica que os quantificadores devem ser atualistas ou presentistas. Pode ter havido coisas que não existem realmente, mas que os quantificadores possibilistas realmente abrangem. Analogamente, já existiram coisas, e ainda existirão coisas, que não existem realmente, mas que os quantificadores não-presentistas abrangem no presente. O quantificador existencial atualista expressa o conceito de pelo menos uma coisa existente.

⁹ Cf. 'Existence', Salmon, 2005, p. 21.

¹⁰ Além disso, o verbo é verdadeiro para Russell em relação à sua vida. Infelizmente, não é verdadeiro para ele em relação ao século 21.

autor, e atualmente verdadeiro para o leitor atual, todos nós sofreremos o mesmo destino que Russell, eventualmente se tornando uma coisa cujo verbo é então falso.

II

Uma variedade de argumentos tem sido apresentada como apoio à tese metafísica extraída da máxima kantiana – quase todos eles, creio eu, excessivamente fracos e abertos à resposta *charlatã*. Um dos argumentos mais fracos é certamente o de Kant (que é possivelmente devido a Berkeley). Na *Crítica da Razão Pura* (parte I, segunda divisão, livro II, capítulo III, seção 4), Kant argumentou que ao proferir (0) “não acrescento um novo predicado ao conceito” expresso por α, “mas apenas ponho o sujeito em si mesmo, com todos os seus predicados”. E por que é assim (seja lá o que isso signifique)? Porque, de acordo com Kant,

nada pode ter sido adicionado ao conceito, que expressa meramente o que é possível, pelo meu pensamento de seu objeto (através da expressão “é”) como dado absolutamente. Em outras palavras, o real não contém mais do que o meramente possível. Cem táleres¹¹ reais não contêm a menor moeda a mais do que cem táleres possíveis (Kant, 1965, p. 505).

A posição de Kant parece ser que, uma vez que a existência não é uma propriedade e, portanto, não é um aspecto no qual uma coisa pode ser diferente da outra, não há, portanto, nenhuma diferença entre cem dólares reais e cem dólares meramente possíveis. Ironicamente, Kant prossegue apresentando a resposta óbvia. Como ele diz, “minha posição financeira é, no entanto, afetada de forma muito diferente por cem táleres reais do que por [...] sua possibilidade”. Exatamente. No entanto, em um grande retrocesso, Kant teimosamente insiste, “os próprios cem táleres concebidos não aumentam nem um pouco ao [...] adquirirem existência fora do meu conceito” (1965, p. 505).

A resposta de Kant é, característica e excessivamente obscura. Na verdade, uma das poucas coisas que ficam claras a respeito de sua posição é que ela está incorreta. Em primeiro lugar, na medida em que a existência genuinamente não acrescenta nenhuma propriedade real à possibilidade ou conceito de Deus – na medida em que um deus real não é mais nem menos digno de adoração do que um deus meramente possível – não pode haver nenhum mal em definir ‘Deus’ invocando

¹¹ O tâler foi uma moeda de prata usada na Europa central por vários séculos, a partir do século XVI.

o conceito de divindade. E daí se a divindade não for uma propriedade genuína de indivíduos? Mas vamos deixar essa consideração de lado. É simples e totalmente errado que um dólar real não valha um centavo a mais do que um dólar meramente possível. Se um dólar meramente possível for subtraído de um dólar real, o valor restante será exatamente \$1. Não muito, mas ainda não é nada. Nada se aventurou, nada se perdeu.

O que é verdade – e isso é o máximo que se pode dizer em nome da tese metafísica kantiana – é que cem dólares existentes não contêm um centavo a mais do que cem dólares. Cem dólares existentes têm maior valor monetário do que cem dólares *meramente possíveis*; para ser mais específico, exatamente cem dólares de valor monetário. Mas cem dólares existentes não têm mais valor monetário do que cem dólares. Um dólar existente é simplesmente um dólar, nem menos e (o que é potencialmente significativo) nem mais. A existência do dólar, *por si só*, evidentemente não agrega ao seu valor monetário mais do que, por exemplo, sua história de propriedade anterior. (De fato, o último pode, ao passo que o primeiro não pode.) Pode-se concluir disso que a existência não é uma característica que afeta o valor de um dólar, mas não segue que a existência não seja uma característica de forma alguma.

Na verdade, até mesmo a conclusão mais fraca está incorreta. Entre as coisas que afetam o valor real de um dólar está sua existência. Para ilustrar, tire uma nota de um dólar específica de sua carteira. Vamos chamá-lo de ‘Georgie’¹². Agora acenda um canto de Georgie com um fósforo. Agora deixe a nota queimar em fumaça e cinzas. Se o experimento for realizado corretamente, Georgie não existir mais. Agora saia e gaste Georgie em uma barra de Hershey¹³. Assim, obter-se-á a confirmação empírica de que Georgie não tem mais seu valor monetário anterior. Agora, não vale um dólar, nem vinte e cinco centavos, nem um centavo. A única mudança significativa que ocorreu em Georgie que pode ser responsável por sua repentina perda de valor é que Georgie se tornou não-existente. Na verdade, Georgie não só não existe mais; mas também não é mais uma nota de um dólar. Agora é, como John Cleese observaria, uma ex-nota de um dólar¹⁴. Por que isso? Porque Georgie perdeu uma característica

¹² Alusão à imagem de George Washington, presente na nota de U\$1,00?

¹³ Barra de uma marca de chocolate.

¹⁴ Do famoso esboço do 'papagaio morto' de Monty Python, um dos sketches mais famosos do grupo de comédia britânico Monty Python.

anterior que era essencial tanto para o seu valor anterior quanto para ser o que era antes, uma nota de um dólar. Essa característica era sua existência.

Saul Kripke rejeita a teoria de Russell de que (0) não tem sentido, mas é simpático ao espírito da tese metafísica kantiana. Na palestra final de sua famosa monografia, *Reference and Existence*, Kripke (1973) disse:

Pode haver algum sentido em que a existência não seja um predicado, em que se pode dizer que "Napoleão existe" não atribui uma propriedade a Napoleão. Afinal, você não está atribuindo uma propriedade a Napoleão quando diz que ele existe; você está dizendo que existe tal coisa para propriedades lhe serem atribuídas. Isso, em algum sentido um tanto obscuro, me parece ser verdadeiro, e talvez seja o que Kant tinha em mente.

Concordo com Kripke que pode ser isso que Kant tinha em mente. Mas a observação "bastante obscura" parece-me simplesmente falsa. Aqui, novamente, o aparente argumento para a conclusão kantiana convida à resposta charlatã. Se *x* é algo "para propriedades lhe serem atribuídas" e *y* também, então há pelo menos isso que *x* e *y* têm em comum: ser um candidato a ter propriedades. Que é isso – *ser um candidato a ter propriedades* – que *x* e *y* têm em comum, mas uma propriedade especial de *x* e *y*?

Na verdade, como argumentei longamente em outro lugar, longe de ser equivalente à existência, ter propriedades (muito menos ser apenas um candidato a ter propriedades) nem mesmo é uma condição suficiente para a existência. (Colocado de outra forma, a existência não é uma condição necessária para ter propriedades). A predicação precede a existência. Ironicamente, o próprio exemplo de Kripke sobre Napoleão é tão bom quanto qualquer outro. Napoleão não existe. Ele já existiu, é claro – e como Russell notou, quando existia, ele se certificava de que as pessoas pensassem nele – mas Napoleão não existe mais¹⁵. Mesmo na morte, Napoleão tem

¹⁵ Russell (1919, 169–70) escreveu o seguinte: "Muitos lógicos chegaram à conclusão de que há objetos irreais. [...] Em tais teorias, parece-me, há uma falha naquele sentimento de realidade que deve ser preservado mesmo nos estudos mais abstratos. A lógica, eu manteria, não deve admitir um unicórnio mais do que a zoologia pode; pois a lógica está concernida com o mundo real tão verdadeiramente quanto a zoologia, embora com suas características mais abstratas e gerais. Dizer que unicórnios têm uma existência na heráldica, ou na literatura, ou na imaginação, é uma evasão miserável e medíocre. O que existe na heráldica não é um animal, feito de carne e sangue, movendo-se e respirando por sua própria iniciativa. O que existe é uma imagem ou uma descrição em palavras. Da mesma forma, afirmar que Hamlet, por exemplo, existe em seu próprio mundo, ou seja, no mundo da imaginação de Shakespeare, tão verdadeiramente quanto (por exemplo) Napoleão existiu no mundo ordinário, é dizer algo deliberadamente confuso, ou então confuso a um grau que é dificilmente credível. Há apenas um mundo, o "real" mundo: a imaginação de Shakespeare é parte dele, e os pensamentos que ele teve ao escrever Hamlet são reais. Também são reais os pensamentos que

uma variedade de propriedades, por exemplo, ser mencionado por Kripke em 1973, e por Nathan Salmon nesta mesma sentença. Enquanto existiu, Napoleão providenciou para que, mesmo após sua morte, ele ainda tivesse a propriedade de ser considerado¹⁶.

III

Eu concordo com a *teoria da existência como predicado*, que Kant e seus seguidores rejeitam e que Kripke rejeita¹⁷. Como vimos, se a existência é uma propriedade, então, embora necessariamente todo indivíduo que existe tenha propriedade, determinados indivíduos realmente não têm – Napoleão e Russell, por exemplo. Como também vimos, não obstante a solenidade com que os pronunciamentos de Kant às vezes são recebidos, a existência de um dólar faz toda a diferença no mundo em relação ao seu valor monetário. (Kant negou exatamente isso ao defender sua opinião).

Na teoria da existência como predicado, uma sentença do tipo (0) não é semanticamente distinta ou incomum de qualquer forma. É como qualquer sentença de predicação monádica típica $\pi(\alpha)$: ela expressa uma proposição composta do conteúdo costumeiro do termo sujeito a juntamente com o do predicado monádico π – neste caso, a propriedade ou conceito de existência. (Mais precisamente, o conteúdo semântico de "existe" em relação a um tempo t é existência-em- t ¹⁸. Em que π é um predicado monádico extensional de primeira-ordem, uma (aberta ou fechada)

temos ao ler a peça. Mas é da essência da ficção que apenas os pensamentos, sentimentos, etc., em Shakespeare e seus leitores são reais, e que não há, além deles, um Hamlet objetivo. Quando você leva em conta todos os sentimentos despertados por Napoleão em escritores e leitores de história, você não tocou no homem real; mas no caso de Hamlet, você chegou ao fim dele. Se ninguém pensasse em Hamlet, não haveria nada sobrando dele; se ninguém tivesse pensado em Napoleão, ele logo se certificaria de que alguém o fizesse. O senso de realidade é vital na lógica, e quem brinca com ele, fingindo que Hamlet tem outro tipo de realidade, está prestando um desserviço ao pensamento. Um senso robusto de realidade é muito necessário na formulação de uma análise correta de proposições sobre unicórnios, montanhas douradas, quadrados redondos e outros pseudo-objetos semelhantes" (Russell, 1918, p. 87-88).

¹⁶ É fútil argumentar que mesmo que Napoleão não exista mais, ele não pode ter propriedades, e, portanto, não tem a propriedade da não-existência. Não importa para a falsidade de "Napoleão é esquecido" se Napoleão é considerado ter a propriedade de não ser esquecido, desde que ele não seja esquecido. Da mesma forma, "Napoleão existe" é falso por causa de algo relacionado a Napoleão. A negação de que a não-existência é uma propriedade atual de Napoleão está sujeita à resposta charlatã (Salmon, 2005, p. 43-46).

¹⁷ É ainda mais óbvio que exista um conceito de existência para coisas individuais (Salmon, 2005, p. 21-22).

¹⁸ Ver: Salmon, 2003.

sentença $\pi(\alpha)$ é verdadeira se e somente se α normalmente designa algo que tem a propriedade P expressa por π , e é falsa se e somente se α normalmente designa algo que tem a propriedade complementar, *não-P*. É exatamente por isso que “Kripke existe”¹⁹ é verdadeiro, enquanto “Napoleão existe” é falso. Kripke tem existência; Napoleão tem não-existência. Não há nada de anormal ou fora do comum aqui. Exatamente da mesma forma, “Kripke mora em Nova Jersey” é verdadeiro e “Napoleão mora em Nova Jersey” é falso, porque Kripke tem a propriedade de morar em Nova Jersey, enquanto Napoleão tem a propriedade de não morar em nenhum lugar, inclusive em Nova Jersey. Esse tipo de consideração em si fornece fortes razões para duvidar da máxima kantiana. O ônus da prova recai sobre Kant e seus seguidores. É um ônus enorme, especialmente devido ao apelo intuitivo da resposta charlatã.

Há, no entanto, pelo menos uma consideração contundente contra a teoria da existência como predicado. Considere a sentença particular,

(1) O atual rei da França existe.

Isso parece ter a forma lógica de uma predicação monádica atômica envolvendo uma descrição definida como sujeito. Como tal, parece ser uma instância falsa de (0). No entanto, a falsidade de (1) não é garantida de maneira ordinária, em virtude de o suposto predicado ser falso do habitual (ou padrão) designado do termo sujeito. Pois, neste caso, o termo sujeito não tem um designado habitual. Não existe nenhum rei da França para ter a propriedade de não-existência (ou qualquer outra propriedade), e é precisamente *nesta base* – não a base comum – que (1) é falso. Mas se o termo sujeito que ocorre em uma predicação monádica ordinária não tem designado como ocorre naquela posição, de acordo com o que eu disse, se “existe” realmente é um predicado monádico extensional de primeira-ordem, então a sentença como um todo não deveria ser verdadeira nem falsa; faltaria valor-verdade. Uma vez que (1) tem valor-verdade, a descrição “o atual rei da França”, embora normalmente não designe nada, deve designar algo *como ocorrido em* (1) – na verdade, deve designar algo do qual o verbo ‘existe’, como ocorre em (1), é falso. Caso contrário (1)

¹⁹ Quando Nathan escreveu esse texto obviamente Kripke estava vivo.

não deveria ser nem verdadeiro nem falso²⁰. Em suma, 'existe' é um operador não-extensional.

Vamos seguir essa linha de pensamento. Esta alternativa à abordagem kantiana de Russell vê a existência de Napoleão como uma propriedade, certamente, mas não como uma propriedade de Napoleão. Que, então, a descrição deve designar como a ocorrida em (1)? E que propriedade deve a palavra "existe" falsamente pregar do designado?

IV

Frege sustentou que (0) afirma algo sobre o próprio termo α , a saber, que ele designa. Ele escreveu:

Devemos aqui separar bem dois casos totalmente diferentes que são facilmente confundidos, porque falamos de existência em ambos os casos. Em um caso, a questão é se um nome próprio designa, nomeia, algo; no outro, se um conceito carrega objetos sob si mesmo. Se usamos as palavras "existe um ___", temos o último caso. Ora, um nome próprio que nada designa não tem justificação lógica, visto que na lógica estamos preocupados com a verdade no sentido mais estrito da palavra; pode, por outro lado, ainda ser usado na ficção e na fábula (Frege, 1895, p. 104).

Em outro lugar, Frege faz observações semelhantes sobre existenciais singulares e suas negações: "As pessoas certamente dizem que Odisseu não é uma pessoa histórica e significam com essa expressão contraditória que o nome 'Odisseu' não designa nada, não tem designado (Bedeutung)" (1906, p. 191)²¹. Anteriormente, Frege observou:

Se "Sachse existe" deveria significar "A palavra "Sachse" não é um som vazio, mas designa algo", então é verdade que a condição "Sachse existe" deve ser satisfeita [para que "Existem homens" seja inferida de "Sachse é um homem"]. Mas esta não é uma premissa nova, mas a pressuposição de todas as nossas palavras – uma pressuposição que nem é preciso dizer (pré-1884, p. 60)²².

²⁰ O leitor perspicaz terá notado que esta 'consideração contundente' contra a teoria da existência como predicado é essencialmente o problema tradicional dos existenciais negativos singulares verdadeiros, mas com uma reviravolta fregeana.

²¹ Exceto que traduzo aqui "bedeutung" como "designado".

²² Frege também sugere aqui que pode haver uma leitura alternativa para "Sachse existe", na qual é equivalente a "Sachse = Sachse", o que Frege diz ser autoevidente. Ele poderia muito bem ter dito o mesmo sobre "(∃?x) [Sachse = x]".

A sugestão de Frege parece ser que a sentença "Kripke existe" atribui a propriedade de designar ao nome de Kripke e nada ao próprio Kripke. Em geral, (0) é analisado assim:

(0') ($\exists x$) ['a' designa Inglês x].

Chamemos isso de *teoria da ascensão semântica de existência*²³. Isso é muito diferente – na verdade, é diametralmente oposto – da teoria de Russell em que (0) não tem sentido. Na teoria da ascensão semântica, (0) diz algo bastante comum sobre um termo – em alguns casos, algo verdadeiro, em outros casos, algo falso.

A teoria da ascensão semântica de existência é (como a maioria das teorias) um mito. Para seu crédito, ele realmente consegue capturar a informação que é de fato transmitida ao proferir (0). Mas, para invocar uma distinção que enfatizei em trabalhos anteriores, isso diz respeito ao que é *pragmaticamente transmitido* em (0), e não necessariamente ao que é *semanticamente codificado ou contido*²⁴. A ascensão semântica, embora capture informação transmitidas pragmaticamente, não atinge o conteúdo semântico correto para (0) ou mesmo a intensão modal correta, isto é, a função correspondente de mundos possíveis para valores-verdade. De fato, que a interpretação da ascensão semântica de (0) por meio de (0') está incorreta é facilmente estabelecido por uma variedade de considerações. A teoria da ascensão semântica é análoga à explicação inicial de Frege sobre a identidade em *Begriffsschrift* (1879). Em sua obra-prima posterior, 'Über Sinn und Bedeutung' (1892)²⁵, Frege se opõe à teoria da ascensão semântica da identidade com base no fato de que ela caracteriza semanticamente de modo incorreto a sentença "Hesperus é Phosphorus", que expressa uma proposição astronômica sobre um corpo celeste específico, como expressando, ao invés disso, um tipo particular de proposição semântica sobre a linguagem natural, algo que é verdadeiro (pelo menos em parte) como resultado de convenção linguística, estipulação, decisão ou uso²⁶.

Curiosamente, mesmo em 1906, Frege evidentemente não percebeu que essa objeção se aplica com igual força contra a teoria da ascensão semântica de existência.

²³ Essa teoria é uma abordagem na filosofia da linguagem e na lógica que explora a existência em termos de linguagem e significado.

²⁴ Salmon, 1991, p. 58–60, and elsewhere, esp. 78–9, 84–5, 100, 114–5, 127–8.

²⁵ Sentido e referência (1892).

²⁶ Salmon, 1991, p. 50–54.

Essa teoria também descaracteriza o fato de que Vênus existe como (pelo menos em parte) mais um resultado da atividade humana.

O mais efetivo apologeta e defensor de Frege, Alonzo Church, levantou uma objeção esmagadora às análises de ascensão semântica em geral. Traduzindo (1) para o francês, obtém-se:

Le roi présent de France existe.

Traduzindo a análise proposta para o francês, obtém-se:

“O atual rei da França” désigne quelque chose en anglais [português]²⁷.

Essas duas traduções, embora ambas verdadeiras, claramente significam coisas diferentes em francês. O mesmo ocorre com o que eles traduzem.

Acabamos de ver que a descrição não se designa em (1). No entanto, pelo tipo de consideração levantada no § III, a descrição como ocorre em (1) deve designar algo, algo para o qual “existir”, como ocorre em (1), é falso. O que mais há, além de si mesma, para a descrição designar em (1)?

Há seu conteúdo semântico, o conceito individual *o atual rei da França*. Uma teoria de enunciados de existência singular que ainda é fregeana em espírito, mas vastamente superior à teoria da ascensão semântica toma o verbo “existir”, conforme usado em (0) como um dispositivo *indireto* (“oblíquo”), de modo que (0) diz respeito não ao termo α , mas a seu conteúdo em português²⁸. Isso é análogo à teoria da ascensão semântica de existência, exceto que se eleva ainda mais até o nível de intensão. Na teoria *indireta* de existência, (0) é analisado assim:

(0”) ($\exists x$) $\Delta (\wedge \alpha \wedge, x)$,

Onde “ Δ ” é um predicado diádico para a relação entre um sentido fregeano e aquilo do qual é um conceito (no sentido de Church) e o acento circunflexo “ \wedge ” é um símbolo de citação indireta, ou seja, um dispositivo para a citação de conteúdo (em linguagem natural, neste caso uma notação padrão para lógica de primeira ordem com “ Δ ” e citação indireta)²⁹. Nesta teoria, proferir “Kripke existe” não significa que o nome

²⁷ Designa algo em inglês [português] (tradução nossa).

²⁸ Church cita a sentença particular “O atual rei da França não existe” como um exemplo da sentença verdadeira que contém uma ocorrência *indireta* do termo singular (“nome”).

²⁹ Cf. Salmon 2003, p. 69, sobre citação indireta fregeana. A ideia vem de Kaplan, 1969, p. 120–121. Em português, a palavra “que” anexada a uma oração subordinada (como em “Jones acredita que ϕ ” ou “É necessário que ϕ ”) geralmente funciona de maneira similar aos sinais de citação indireta.

“Kripke” designa algo, mas que o conceito ^Kripke^ determina (ou seja, é um conceito de) algo. A *indireta* teoria da existência não é refutada pelas objeções usuais às teorias de ascensão semântica. Ao contrário da teoria de ascensão-semântica de existência, a *indireta* teoria obtém até mesmo a intensão modal correta para (0).

V

O tipo de consideração descrito no § III providencia um suporte intuitivo considerável para a *indireta* teoria em oposição à teoria da existência como predicado. Mas a consideração está errada. Para ilustrar isso, vamos introduzir o nome ‘Lou’ de acordo com a estipulação de que é para nomear o atual rei da França, se atualmente existe um rei da França, e não deve designar nada de outra forma. Considere agora o análogo de (1):

(2) Lou existe.

Como com (1), o termo sujeito de (2) não tem designado costumeiro, e pareceria que é precisamente por essa razão (não a razão usual) que (2) é falso. Uma vez que (2) evidentemente tem valor de verdade, o nome 'Lou' deve designar algo como ocorre em (2) do qual 'existe', como ocorre em (2), é falso. E não há nada mais para o nome designar, exceto seu sentido³⁰.

De acordo com a teoria antifregeana da referência direta, que defendi com bastante amplitude, não faz sentido o nome designar³¹. Qualquer nome não designado não tem conteúdo semântico. Se isso estiver correto, o nome permanece sem designação como ocorre em (2), mesmo se o verbo português “existir” for um operador *indireto*. Muitos argumentos foram apresentados contra a teoria fregeana dos sentidos, muitos dos quais são muito bem conhecidos. Não é meu propósito ensaiar esses argumentos, mas chamar a atenção para uma forma de argumento menos amplamente usada, que Kripke explorou contra a teoria da ascensão-semântica de identidade (análoga à teoria da ascensão-semântica de existência) e também contra

³⁰ O leitor atento notará que este argumento é uma variação menor de um argumento padrão contra a referência direta, geralmente feito em conexão com existenciais singulares, verdadeiros e negativos. Ver nota 19.

³¹ Kripke ironicamente propõe uma variante da teoria indireta da existência na última palestra de Kripke 1973. Lá, ele sugere que a negação de (2) deve ser lida normalmente como expressando que não há nenhuma proposição verdadeira de que Lou existe. Segundo Kripke, isso está correto não porque haja tal proposição, embora seja falsa, mas porque não há tal proposição de forma alguma. A palavra ‘that’ é um operador indireto; veja a nota 28.

uma versão muito radical de referência direta – a teoria de Keith Donnellan do uso semanticamente referencial de descrições definidas. A estratégia de argumento de Kripke tem força considerável quando aplicada contra a teoria *indireta* de existência³². Ironicamente, a mesma estratégia de argumento se aplica com igual força em defesa da própria teoria que Kripke rejeita e que eu abraço – a hipótese anti-kantiana, embora eminentemente plausível, de que a existência afinal nada mais é do que uma propriedade de coisas individuais, e o verbo português 'existir' nada mais é do que um termo para essa propriedade.

Como a estratégia de argumento proposta de Kripke fornece uma defesa da teoria da existência como predicado? Ele explica a estratégia de argumento nas seguintes palavras:

Proponho o seguinte teste para qualquer suposto contraexemplo a uma proposta linguística: Se alguém alegar que um certo fenômeno linguístico em inglês é um contraexemplo a uma determinada análise, considere uma língua hipotética que (tanto quanto possível) seja como o inglês, exceto que a análise é *estipulada* como correta. Imagine uma língua hipotética introduzida em uma comunidade e falada por ela. Se *o fenômeno em questão ainda surgisse em uma comunidade que falasse tal língua hipotética (que pode não ser o inglês)*, então o fato de surgir em inglês não pode refutar a hipótese de que a análise é correta para o inglês. Um exemplo...: Alguns alegaram que a identidade não pode ser a relação que existe entre, e apenas entre cada coisa e ela mesma, pois, se assim for, a não trivialidade das declarações de identidade seria inexplicável. Se for admitido, no entanto, que tal relação faça sentido, e se puder ser demonstrado que uma linguagem hipotética envolvendo tal relação geraria os mesmos problemas, seguir-se-á que a existência desses problemas não refuta a hipótese de que "idêntico a" representa esta mesma relação em inglês (Kripke , 1979, p. 16).

Suponha que a teoria *indireta* esteja correta no que diz respeito ao verbo inglês 'existir'. Vamos agora expandir o inglês para uma língua ligeiramente enriquecida – chamada de "Schmenglish" – estipulando um verbo intransitivo artificial, "schmexist", como um termo artificial para a propriedade de existência individual. O termo pode ser considerado tão definido como um sinônimo Schmenglish do predicado formal de primeira ordem " $(\lambda x)(\exists y)[x = y]$ ". Ao contrário do verbo de linguagem natural "existir", nosso novo termo é, por estipulação, não um operador *indeterminado*, mas um ordinário, predicado monádico, extensional, de primeira ordem, um termo para a existência de um indivíduo.

³² Cf. Salmon, 2005, p. 23-24.

Considere agora o análogo de Schmenglish de (2):

(3) Lou schmexists.

Parece que (3) é falso, precisamente porque “Lou” não tem designado habitual, e não pela razão mais comum de que o que “Lou” designa tem a propriedade complementar. Mas se (3) tem valor de verdade, o nome ‘Lou’, embora habitualmente não designe nada, teria que designar algo como ocorre em (3), algo para o qual “schmexiste”, como ocorre em (3), é falso.

Eis o problema. Pois, por estipulação, não há nada em (3) que induza o nome a mudar para um modo não-habitual. Pelo contrário, é estipulado, com efeito, que em (3) o nome permanece em seu modo habitual, onde não designa absolutamente nada. O verbo estipulado ‘schmexistit’ é falso para Napoleão e Russell; não é falso quanto para o designado da ocorrência em (3) de “Lou”. Não existe tal designado para que seja falso.

Por isso mesmo, está longe de ser claro que (3) é genuinamente falso. É, por estipulação, uma predicação monádica atômica em que a ocorrência do termo sujeito não designa absolutamente nada. Portanto, é mais plausivelmente considerado como não expressando uma proposição (pelo menos não uma proposição estruturalmente completa)³³ e, portanto, nem verdadeiro nem falso.

A característica de (3) que é mais significativa filosoficamente é que, tanto quanto pode ser determinado, em todos os aspectos relevantes (logicamente, semanticamente, mesmo em uma extensão considerável sintaticamente) é uma réplica de (2). Ambos parecem falsos. No entanto, é conhecido por estipulação que (3), uma réplica lógico-semântica de (2), não expressa nenhum conteúdo que possa ser verdadeiro ou falso. A conclusão correta a se tirar disso é que, apesar das aparências, não há motivos genuinamente persuasivos para considerar (2) falso em português. Em vez disso, pode muito bem não ser nem verdadeiro nem falso. Na terminologia de Kripke, a existência dos problemas com (2) – o fato de que (2) parece falso, não apenas apesar de o fato de que ‘Lou’ não designa – e a existência de problemas cognatos como o de existenciais singulares negativos aparentemente verdadeiros, não refutam a hipótese de que o verbo ‘existir’ representa diretamente

³³ Cf. My discussion of structurally challenged propositions in Salmon, 1998, p. 277-319; repr. In: Salmon, 2005, p. 86-87.

uma propriedade particular dos indivíduos. Ao contrário, a mera possibilidade de (3) é em si uma evidência muito forte de que (2) não é de fato falsa, sua negação padrão não é de fato verdadeira. A esmagadora preponderância de evidências, na verdade, é que (2) e sua negação são ambas nem verdadeiras nem falsas.

A conclusão correta é que é duvidoso se existem casos falsos de (0) em que o termo sujeito α não designa. Esse resultado está em perfeito acordo com a teoria da existência como predicado.

É tentador responder que, mesmo que (2) não seja falso, sentenças como "Harry Potter existe" e mesmo "Harry Potter shumexiste" são certamente falsas. Pois Harry Potter é um personagem totalmente fictício, e dizer isso é simplesmente dizer que Harry Potter *não* existe. A resposta está errada. Como argumentei em "Não-existência", Harry Potter, por ser totalmente fictício, não é uma pessoa real – muito menos um bruxo de verdade. Mas o personagem fictício existe; é *uma coisa* real (e é uma verdadeira vaca leiteira para sua criadora, a autora J. K. Rowling)³⁴.

VI

Existe uma assimetria potencial entre (1) e (2). O primeiro, por observação, invoca uma descrição definida na posição do sujeito gramatical. Este último, por estipulação, invoca um termo singular genuíno. A descrição definida é inadequada. Como consequência, o termo 'Lou' não designa. Se, com Frege e ao contrário de Russell, as descrições definidas são catalogadas como termos singulares, as duas sentenças estão extensionalmente no mesmo par. Nesse caso, (1) não é mais falso do que (2). (Esta é, de fato, uma séria dificuldade para Frege, que teria admitido que ambos são falsos.) Por outro lado, se, de acordo com Russell e ao contrário a Frege, as descrições definidas são consideradas construções quantificacionais de um certo tipo, (1) pode ser genuinamente falso – precisamente como Russell sustentou – enquanto (2), não. Contra esta opção, deve-se reconhecer que a negação de (1),

(1') O atual rei da França não existe,

³⁴ Esta visão dos personagens fictícios contrasta com a de Russell, conforme expresso na nota 14. Pode-se admitir que, se ninguém pensasse em Hamlet, ele não existiria. Mas Hamlet é pensado. Isso cria um "Hamlet objetivo".

é, na melhor das hipóteses, um tanto estranha. Muito mais natural é "Não há rei da França no momento" – ou mesmo qualquer uma das paráfrases de Russell para o que ele chamou de leitura de *ocorrência secundária* de (1').

Resta uma dificuldade remanescente para a teoria da existência como predicado. Entendemos (1) e (2), e estamos fortemente inclinados a considerar ambos falsos, com o fundamento de que não há atualmente nenhum rei da França. Se (1) não é falso, e exatamente com base nisso, e se pela mesma razão (2) não expressa nenhum conteúdo que pode ser verdadeiro ou falso, qual é a fonte da forte tentação de considerar essas sentenças falsas?

A questão é complexa. Uma razão imediata para nossas inclinações é que a maioria de nós, mesmo incluindo muitos filósofos da linguagem, não distingue rotineiramente com nitidez entre uma sentença ser falsa e ela ser simplesmente não-verdadeira. Uma vez que a distinção é feita, a confiança de que essas sentenças não são apenas não-verdadeira, mas totalmente falsas é abalada, ou deveria ser. Mas o veredito de falsidade pode persistir, embora de forma um pouco menos robusta, mesmo em face da distinção. Por quê?

Eu proponho que um julgamento de falsidade é tipicamente baseado, pelo menos em parte, em uma intuição da verdade da negação. Podemos inferir que ϕ não é meramente não-verdadeiro, mas falso a partir de um julgamento a priori de que $\sim\phi$ é assertível, portanto, verdadeiro. Nos casos em questão, consideramos (1) e (2) falsos, em parte com base na intuição de que, com a França não sendo mais uma monarquia, os existenciais negativos

(1') O atual rei da França não existe

e

(2') Lou não existe

são assertíveis e, portanto, verdadeiras.

A inferência neste caso é precipitada e quase certamente injustificada. Novamente, isso pode ser estabelecido por meio da estratégia de linguagem estipulada de Kripke. O existencial negativo Schmenglish,

(3') Lou não schmexiste,

parece tão assertível quanto (2'), e vice-versa. Mas está estipulado que (3) não expressa nada que possa ser verdadeiro ou falso. Como, então, (3') pode ser verdadeiro? Se não for verdade, por que (3') parece correto? Por falar nisso, por que (1') e (2')?

Na medida em que (1'), (2') e (3') são verdadeiros, a negação “não” ocorrendo nele quase certamente expressa *exclusão*, em vez de negação *por escolha* – ou seja, uma forma intencional de negação que produz uma verdade quando adequadamente anexada a qualquer sentença não-verdadeira, seja essa sentença operante falsa ou não, contanto que a sentença *operante* expresse algo. Esta é a forma de negação que é mais plenamente expressa pela frase do lógico clássico (bivalente) "não é o caso que". Não há rei da França atualmente. Consequentemente, não é o caso que o atual rei da França existe, e, também não é o caso que Lou existe³⁵. Devemos hesitar em expressar esses fatos proferindo (1') ou (2') eles próprios, no entanto, precisamente porque a negação nele pode ser legitimamente lida no sentido de negação de escolha, que produz uma verdade somente quando apropriadamente anexada a uma sentença falsa. Ler o "não" como expressão de negação de escolha provavelmente torna (1') e (2') nem verdadeiro nem falso, pela razão muito comum de que os termos que ocorrem na posição do sujeito gramatical carecem de um designado.

VII

Ao contrário dos kantianos, a existência é uma propriedade comum de indivíduos, que as entidades existentes possuem, mas Russell, Napoleão e muitos outros não. Isso legitima o argumento ontológico para Deus?

Certamente não. O argumento ontológico está errado, mas não por causa de algo único ou incomum sobre a propriedade da existência. Ao contrário, o argumento está errado precisamente porque a existência é uma propriedade comum. Para ilustrar, apresento a palavra “exidólar” de acordo com a seguinte definição:

exidólar = _{def} um dólar possível que realmente existe.

³⁵ O fato de que (2') seja verdadeiro se “não” for lido como expressando negação por exclusão levanta um conjunto de questões espinhosas, sobre as quais falei em outro lugar. Cf. Salmon 2005, p. 84-90, sobre o conteúdo de (2').

Esta é uma definição precisamente do tipo que Kant descarta como ilegítima. Mas a definição é simplesmente uma estipulação sobre como a nova palavra "exidollar" deve ser usada. Certamente não pode haver proibição legítima contra fazer tal estipulação. Em particular, a definição não significa falsificação de moeda. Incluir a propriedade da existência na definição de um *F* não é uma forma de definir possíveis *F*'s como existências reais, assim como incluir a propriedade de ser uma bolsa de seda na definição de uma orelha de porco que se parece com uma bolsa de seda não transforma orelhas de porco em bolsas de seda. De acordo com a definição, qualquer dólar possível que já existe já é um exidólar, e qualquer dólar meramente possível não é um exidólar. O valor monetário de um exidólar é exatamente \$ 1; o valor monetário de um dólar possível que não seja um exidólar é exatamente nada.

O que se segue analiticamente de uma definição não é categórico, mas hipotético, ou melhor, o que se segue é universal-condicional: se alguma coisa satisfaz os critérios de definição para ser um *F* (ou para ser o *F*), então é um *F* (o *F*). A existência é como qualquer outra propriedade a esse respeito. Consequentemente, a premissa (*P1*) do argumento ontológico não é uma verdade analítica. A verdade que segue validamente da definição do argumentador ontológico de "Deus" é uma variante mais fraca:

(*P1'*) Se exatamente um possível indivíduo é realmente divino, então Deus = o possível indivíduo que é realmente divino.

O ateu e o agnóstico não têm queixas legítimas com esta premissa. É analítica, uma consequência inócuia do uso anunciado pelo argumentador ontológico do termo "Deus". No entanto, colocar (*P1'*) em seu devido lugar no argumento ontológico torna o argumento inválido. A conclusão mais forte que segue validamente do conjunto corrigido de premissas é a seguinte:

(C') Se exatamente um indivíduo possível é realmente divino, então Deus realmente existe.

Essa conclusão também é analítica³⁶. Não implica a existência de Deus, mas é pelo menos compatível com a existência de Deus. Infelizmente para o teísta, é

³⁶ O ateu verá o consequente de (C') como exatamente análogo a (1), ou alternativamente (dependendo de como a definição é tomada) a (2). Assim, o ateu pode considerar o consequente sem valor de verdade. Ainda assim, qualquer pessoa que considere o antecedente falso pode também considerar a condicional, ipso facto, verdadeira. Portanto, pela lógica e pela definição proposta, a condicional é

igualmente compatível com o ateísmo. Na verdade, (C') é uma consequência direta da contenção do ateu de que nenhum indivíduo possível é realmente divino. O argumentador ontológico tem mais trabalho a fazer. Se apenas o antecedente de (C') puder ser estabelecido, a tarefa do argumentador ontológico se cumprirá. O argumentador ontológico pode se animar com o conhecimento de que, a despeito de Kant e seus seguidores, a existência é uma propriedade dos indivíduos e pode ser utilizada como tal no projeto restante de estabelecer que um indivíduo possível é realmente divino. Se for assim, decepção certamente o espera. A existência é uma propriedade comum, não uma mágica.

REFERÊNCIAS ORIGINAIS

- CHURCH, A. *On Carnap's Analysis of Statements of Assertion and Belief*. Analysis, 10(5), 1950. p. 97-99.
- CHURCH, A. *Introduction to Mathematical Logic I*. Princeton: Princeton University Press, 1956.
- FREGE, Gottlob. Dialogue with Pünjer on Existence. In: HERMES, H.; F. KAMBARTEL, F.; KAULBACH, F. (eds.). Tradução: P. Long and R. White. *Posthumous writings*. Chicago: University of Chicago Press, pre-1884.
- FREGE, Gottlob. (1895). A Critical Elucidation of Some Points. In: E. Schroeder's Algebre der Logik. Tradução: Peter Geach. In *Translation from the Philosophical writings of Gottlob Frege*. Oxford: Basil Blackwell 1970.
- FREGE, Gottlob. Introduction to Logic. In: HERMES, H.; KAMBARTEL, F.; KAULBACH, F. (eds.). Tradução: P. Long and R. White. *Posthumous writings*. Chicago: University of Chicago Press, 1906.
- KANT, Immanuel. *Critique of pure reason*. Tradução: Norman Kemp Smith. New York: St Martin's Press, 1965.
- KAPLAN, David (1969). Quantifying In. In: DAVIDSON, D.; HINTIKKA, J. (ed.). *Words and objections: essays on the work of W. V. O. Quine* (Dordrecht: D. Reidel), p. 178-

verdadeira, quer seu antecedente seja verdadeiro (como o teísta sustenta) ou falso (como o ateu sustenta).

241. Repr. In: LINSKY, L. (ed.). *Reference and Modality*. Oxford: OUP, 1971. p. 112-44.
- KRIPKE, Saul. (1973). *Reference and existence: the John Locke lectures*. Oxford: OUP, 2013.
- KRIPKE, Saul. Speaker's Reference and Semantic Reference. In: FRENCH, P.; UEHLING, T.; Wettstein, H. (eds.), *Contemporary perspectives in the philosophy of language*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979. p. 6-27.
- RUSSELL, Bertrand. (1918). The philosophy of Logical atomism. In: PEARS, D. (ed.). *The philosophy of Logical atomism*. La Salle, Ill.: Open Court, 1972, 1985.
- RUSSELL, Bertrand. Introduction to mathematical philosophy. London: Allen & Unwin, 1919.
- RUSSELL, Bertrand. My philosophical development: New York: Simon & Schuster, 1959.
- SALMON, Nathan. Frege's puzzle. Califórnia: Ridgeview, 1986, 1991.
- SALMON, Nathan. Existence. In: TOMBERLIN, J. (ed.). Philosophical perspectives, i. metaphysics. Califórnia: Ridgeview, 1987. p. 49-108. Reprinted: Nathan Salmon. *Metaphysics, mathematics, and meaning*. Oxford: OUP, 2005. p. 9-49.
- SALMON, Nathan (1989). Reference and information content: names and descriptions. 2. ed. In: GABBAY, D. M.; GUENTHNER, F. (eds.). *Handbook of philosophical logic*. Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 39-85.
- SALMON, Nathan. The very possibility of language: a sermon on the consequences of missing church. In: ANDERSON, C. A.; ZELENY, M. (eds). *Logic, meaning and computation: essays in honour of Alonzo Church*. Boston: Kluwer, 1997. Reprinted: Nathan Salmon. *Metaphysics, mathematics, and meaning*. Oxford: OUP, 2005. p. 344-364.